

STJ00096122



O COMPORTAMENTO DOS SUJEITOS PROCESSUAIS COMO OBSTÁCULO À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

|| **MARIA CAROLINA SILVEIRA BERALDO** ||

2013

 **Editora
Saraiva**

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesse: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Baurur

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagós, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARÁIBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Viscondessa de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565

Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

131.226.001.001

ISBN 978-85-02-17491-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Beraldo, Maria Carolina Silveira

O comportamento dos sujeitos processuais como obstáculo à razoável duração do processo / Maria Carolina Silveira Beraldo. — São Paulo : Saraiva, 2013. — (Coleção direito e processo : técnicas de direito processual / coordenação Cassio Scarpinella Bueno)

1. Atos processuais 2. Litigância 3. Má-fé (Direito) 4. Processo civil 5. Processo civil - Brasil 6. Razoável duração do processo 7. Tutela jurisdicional I. Bueno, Cassio Scarpinella. II. Título. III. Série.

12-10814

CDU-347.9(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Comportamento dos sujeitos processuais como obstáculo à razoável duração do processo : Brasil : Direito processual civil 347.9(81)

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editora Thais Camargo Rodrigues

Assistente editorial Aline Darcy Flôr de Souza

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Sônia de Paiva Lima

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Regina Machado

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Vinicius Azevedo Vieira

Capa Guilherme Pinto

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Bartira Gráfica

Acabamento Bartira Gráfica

Data de fechamento da edição: 5-9-2012

Dúvidas?

Acesse www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	21

PRIMEIRA PARTE – NOÇÕES PRELIMINARES

I – CRISE PROCESSUAL, MOROSIDADE E A GARANTIA DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	29
II – TEMPO E PROCESSO: CAUSAS DA MOROSIDADE	37
1. Tempo do processo e dano marginal	37
2. Causas estruturais, institucionais e legais da morosidade	41
III – O DIREITO À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	46
3. Da Convenção para Salvaguarda dos Direitos do Homem ao modelo italiano	46
4. Do Pacto de São José da Costa Rica à Constituição Federal brasileira de 1988	49
5. Critérios para a aferição da excessiva duração do processo	54
5.1 Complexidade do caso	56
5.2 Funcionamento do aparato estatal	57
5.2.1 Responsabilidade estatal objetiva pelos danos resultantes da excessiva duração do processo	61
IV – RESPONSABILIDADE POR ATOS DE IMPROBIDADE PROCESSUAL ..	65

6.	Evolução histórica da responsabilidade por improbidade processual	65
7.	Aplicação das normas relativas à improbidade no exercício dos atos processuais	82
8.	Improbidade processual em suas multiformes manifestações	87
8.1	Litigância de má-fé	90
8.1.1	Caracterização do ato de litigância de má-fé	92
8.2	Abuso de direito	96
9.	A má-fé como elemento negativo da norma processual	103
V –	SUJEITOS PROCESSUAIS E COMPORTAMENTO PROCRASTINATÓRIO	105
10.	Sujeitos ativos do comportamento processual procrastinatório....	105

SEGUNDA PARTE – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PROCRASTINATÓRIO COMO OBSTÁCULO À RAZDÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

VI –	COMPORTAMENTOS PROCESSUAIS CAUSADORES DA EXCESSIVA DURAÇÃO DO PROCESSO	125
11.	Oposição de resistência injustificada ao andamento do processo (art. 17, IV, do CPC)	128
12.	Provocação de incidentes manifestamente infundados (art. 17, VI, do CPC)	132
13.	Interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório (arts. 17, VII, 538, par. ún., e 557, § 2º, todos do CPC) – Abuso do direito de recorrer como principal expediente dilatatório do processo	134
13.1	Razões recursais inovatórias e discussão de matéria preclusa	138
13.2	Razões recursais dissociadas da decisão impugnada.....	139
13.3	Falta de interesse recursal	139
13.4	Ausência dos requisitos de admissibilidade do recurso	140
13.5	Repetição dos argumentos recursais ao mesmo órgão prolator da decisão impugnada.....	141
13.6	Interposição de recurso contra decisão em consonância com jurisprudência assente de corte superior.....	141
13.7	Explícita inidoneidade do remédio recursal escolhido e interposição de mais de um recurso com o mesmo fim	142
13.8	Análise do PLS n. 133/2004 e do PLC n. 3653/2004: possíveis alternativas para uma eficaz repressão.....	144

14. Retardamento do julgamento da lide em razão da não arguição pelo réu, na resposta, de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 22 do CPC)	148
15. Provocação, sem justo motivo, do adiamento ou da repetição de atos (art. 29 do CPC)	154
16. Prática de atos manifestamente protelatórios, impertinentes ou supérfluos (art. 31 do CPC)	155
17. Retardamento na arguição da incompetência absoluta (art. 113, § 1º, do CPC)	158
18. Retenção indevida dos autos (arts. 195 e 196 do CPC)	160
19. Paralisação do processo por abandono pelo autor ou por negligência das partes (arts. 257 e 267, II e III, ambos do CPC)	162
20. Não alegação pelo réu na primeira oportunidade de falar nos autos, da ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, da existência de preempção, litispendência ou de coisa julgada, ou de falta de condições da ação (art. 267, § 3º, do CPC)	167
21. Ausência da testemunha e adiamento da audiência (art. 412 do CPC)	169
22. Retardamento na entrega do laudo pericial (art. 424, par. ún., do CPC)	169
23. Atos atentatórios à dignidade da Justiça (art. 600 do CPC)	170
VII – SANÇÕES APLICÁVEIS EM DECORRÊNCIA DO USO DE EXPEDIENTES PROCRASTINATÓRIOS	172
24. Aplicação das sanções: aspectos gerais	172
25. Previsão legal de sanções específicas e sua aplicação	180
26. Crimes processuais	187
27. Quadro sinótico dos atos processuais abusivos e procrastinatórios e respectivas sanções	188

TERCEIRA PARTE – BREVE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PROCESSUAL ABUSIVO NO PL N. 8.046/2010 (NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL)

VIII – AS SANÇÕES PELO ABUSO DO PROCESSO NO PL n. 8.046/2010 . 191

28. Manutenção da forma de sancionar o ato atentatório ao exercício da jurisdição.....	191
29. Manutenção da tipificação dos atos de litigância de má-fé em sentido estrito e modificação da sanção.....	193
30. Inclusão de novas hipóteses de prática de atos atentatórios à dignidade da justiça	194
31. Proposta de alteração do PL n. 8.046/2010	194
31.1 Justificativa da proposta	195
CONCLUSÃO	197
REFERÊNCIAS	211